

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Vitória da ratatua	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Governo vai anunciar no 2º semestre leilões de óleo e gás	2
VEÍCULO: Valor Econômico	5
Título: Destaques	5
Título: Acordo de Paris e energia	5
Título: Abengoa vence mais uma disputa contra União e Aneel	6
Título: Impasse deve adiar volta da Samarco	7
Título: Justiça dos EUA anula pedidos contra Vale	9

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ancelmo Gois****Título: Vitória da ratatua**

Nove meses após ter assumido a presidência do Conselho da Eletrobras, José Luiz Alquéres deixa o posto na Assembleia Geral da estatal no dia 28 de abril.

Nesse período, as ações da empresa se valorizaram mais de 200%, seus balanços foram assinados pelos auditores, grandes esqueletos de dívidas setoriais foram resolvidos e a privatização começou com a CELG.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maris Cristina Frias****Título: Governo vai anunciar no 2º semestre leilões de óleo e gás**

Fernando Coelho Filho, ministro de Minas e Energia.

"Queremos anunciar no segundo semestre deste ano os leilões de óleo e gás de 2018 e 2019 porque isso dá previsibilidade para que as empresas possam se organizar", disse o ministro Fernando Coelho Filho (Minas e Energia) à coluna, sem informar quais serão as áreas.

Coelho Filho afirmou estar confiante que a extensão do Repetro (regime aduaneiro especial do setor) saia ainda neste mês ou nos primeiros dias de abril.

"Não podemos escolher a empresa A ou B. Torcemos pela Petrobras, mas a prioridade do governo é gerar emprego, renda e arrecadação para o país", disse sobre dar preferência à estatal.

O ministro comentou também que o preço da energia deverá subir neste ano.

"Vai ter ao longo de 2017 o acionamento de bandeira tarifária amarela, ou possivelmente, vermelha, pelo custo da geração", afirmou.

ÓLEO E GÁS

Queremos anunciar neste ano os leilões de 2018 e 2019, porque isso dá uma previsibilidade para que as empresas possam se organizar. Agora há a possibilidade de companhias serem operadoras, precisam de um esforço

financeiro maior. Em abril, vamos anunciar o leilão de novembro. E daí teremos todas as áreas deste ano anunciadas.

REPETRO

A expectativa é que saísse em março. O atual regime está vigente até 2019. As empresas querem que os leilões ocorram com o prazo de mais vinte anos anunciados. Isso dá segurança e tranquilidade maiores às companhias que vão participar do leilão.

O primeiro, em maio, é de área terrestre, não há tanta necessidade do Repetro porque tem alto percentual de conteúdo local. Ele será importante para o de junho -segunda rodada do pré-sal.

CONTEÚDO LOCAL

Sabíamos que a nova política de conteúdo local geraria alguma insatisfação. No nosso entendimento, pode ser que nem todos concordem, a nova política local tem benefícios para a indústria de óleo e gás e outros [segmentos]. Teremos um percentual mais exequível do que no passado, nossas empresas têm como atender a preços competitivos e acabamos com o waiver [pedido de perdão pelo não cumprimento da regra], que soma hoje cerca de R\$ 80 milhões.

Libra [na Bacia de Santos] está na pauta. A diferença entre a contratação com o conteúdo local e a compra no exterior é de quase 40% -de R\$ 800 milhões para mais de R\$ 1,1 bilhão. Com o barril a US\$ 50, a exploração se inviabiliza. O presidente Pedro Parente diz que sem uma solução, paralisa o projeto, pois deixa de ser interessante.

A política [de conteúdo] é importante, mas se for por prazo indeterminado não fortalece a indústria. Queremos que forneça equipamentos também a outros países.

O percentual de conteúdo local está dado -a grosso modo se reduz a 50%.

Continua com a multa alta, mas com incentivo para pagamento. Não adianta ter R\$ 20 bilhões de multas e ninguém pagar, mas também não pode ser baixa demais que compense o desembolso.

ANGRA

A ideia do governo é concluir a obra. Já foram investidos cerca de R\$ 8 bilhões. Precisa de R\$ 7 bilhões que a Eletrobras não tem para colocar, nem o governo federal. É energia importante, dá segurança ao sistema.

Uma alternativa talvez fosse buscar um parceiro. A legislação não proíbe que empresa privada toque usinas nucleares? A Eletronuclear seria a responsável por gestão e manuseio do combustível, e o parceiro seria o acionista majoritário, responsável pelo funcionamento.

Estamos estudando. Não vejo no curto prazo o governo investindo em novas usinas -nuclear ou hídrica.

O Brasil está voltando a crescer, precisa de investimentos em energia e se não dermos o sinal econômico correto, a iniciativa privada não investirá.

BANDEIRA VERMELHA

Não temos risco de desabastecimento. O problema é que pelo sexto ano vivemos uma seca severa, e neste ano uma chuva que não foi lá essas coisas no Sudeste.

A energia hídrica, que é a mais barata e a que tem maior percentual do sistema, não será suficiente. Isso faz com que a gente tenha de gerar térmica, que é mais cara.

BELO MONTE/ABENGOA

A energia de Belo Monte está paga, mas não tem como tirar de lá. A empresa enfrenta dificuldade, não tocou as suas obrigações. [Em recuperação judicial, a Abengoa é responsável pelo pré-linhão, que vai escoar energia para o Nordeste].

A Aneel tenta decretar a caducidade das linhas e devolver os lotes à União. Há uma decisão na Justiça do Rio de Janeiro. Quando conseguirmos, colocaremos os lotes de volta ao mercado. Não sei quando. Está judicializado, não está no nosso controle.

LEILÃO DE TRANSMISSÃO

O primeiro foi completamente diferente dos leilões que tinham pouca adesão [obteve 92% dos R\$ 12,6 bilhões que o governo esperava contratar]. No dia 24, deverá se realizar outro -mais R\$ 13 milhões de investimentos.

Para o próximo, poderemos seguir regra que se pensa para o de rodovias: se o deságio for muito grande, tem de aumentar a garantia -para evitar outro caso Abengoa, de dar um deságio de 40%, e depois não conseguir executar. Possivelmente no segundo semestre, deveremos ter novos leilões de renováveis, térmicas, a gás e outras fontes.

Raio-x

Nascimento: 28 de fevereiro de 1984, em Recife (PE)

Formação : Administração de empresas

Carreira : Filho do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), foi o deputado federal mais jovem eleito em 2006, com 22 anos. Reeleito por dois mandatos, assumiu a liderança do PSB em 2015, até se tornar ministro de Minas e Energia

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques / Mudança na Eneva

Pedro Zinner é o novo presidente da elétrica Eneva, no lugar de José Aurélio Drummond Jr. Zinner, que continuará exercendo cargo de vice-presidente e diretor de Relações com Investidores da geradora, foi presidente da Parnaíba Gás Natural (PGN), incorporada pela Eneva em 2016. Flávia Martins assumirá, interinamente, a posição de diretora financeira da Eneva, cargo que também era ocupado por Zinner. Drummond Jr. continuará no conselho de administração da Eneva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião / Cartas de leitores

Autor: Eduardo Tobias Ruiz

Título: Acordo de Paris e energia

A tese de Cláudio Sales (artigo publicado no Valor em 24 de março) de que "o aumento de fontes de geração variável '(como eólica e solar)' requer aumento de fontes despacháveis sob demanda" falha ao considerar que o fornecimento de tal demanda está fadado exclusivamente a termelétricas movidas a combustíveis fósseis. Respeitados especialistas do setor elétrico recorrentemente falham ao desconsiderar termelétricas movidas a biomassa como solução alternativa, ou mesmo complementar àquelas de combustíveis fósseis.

Vale recordar que biomassa é uma matéria prima estocável, assim como os combustíveis fósseis, e que o Brasil tem um diferencial competitivo relevante em seu custo de produção frente a outros países. Em 2016, segundo o Ministério de Minas e Energia, a bioeletricidade foi a segunda principal fonte de geração. Ela foi responsável pela produção de 54,1 TWh, equivalente a 8,8% de toda a oferta interna de energia elétrica do país, à frente inclusive do gás natural com 8,1%.

Portanto, daqui para frente, acredito não ser mais justificável - do ponto de vista ambiental e econômico - desconsiderar a bioeletricidade do planejamento da matriz elétrica brasileira como fonte firme, despachável sob demanda. Por gentileza, rogo que não esqueçam da bioeletricidade! tobias@celaexperts.com

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Abengoa vence mais uma disputa contra União e Aneel

A Abengoa teve mais uma vitória na disputa com a União e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre os processos de caducidade de suas concessões, ao mesmo tempo em que ganhou mais tempo para conseguir propostas vinculantes de investidores interessados em seus ativos. A Justiça do Rio de Janeiro negou na semana passada os recursos apresentados pela agência e a União pedindo para retomar o processo de caducidade das linhas de transmissão da Abengoa, que está em recuperação judicial desde o início do ano passado.

As duas instituições tinham apresentado recursos questionando uma decisão proferida em dezembro pela juíza Maria da Penha Nobre Mauro, da recuperação judicial da Abengoa, que havia determinado a suspensão dos processos de caducidade desses ativos e também obrigou a Aneel a recalcular a receita e os cronogramas das linhas em construção. A Aneel e a União argumentaram que as linhas de transmissão em questão não estão sujeitas à recuperação judicial, devido à Lei 12.767 de 2012. Por isso, não haveria razão para que os processos de caducidade fossem suspensos. As decisões do desembargador Carlos Santos de Oliveira, da 22ª Câmara Cível da Justiça do Rio de Janeiro, sobre os dois recursos, no entanto, dizem ser "recomendável neste momento a manutenção da suspensão dos processos administrativos" de caducidade das concessões. Segundo ele, a essência da lei de recuperação judicial é primeiramente a preservação da empresa, considerando sua função social e econômica, além da satisfação dos interesses dos credores, "objetivos que poderiam ser fatalmente prejudicados pela declaração de caducidade das referidas concessões." O desembargador disse que a decisão questionada está "bem fundamentada", além de ser respaldada por pareceres do Ministério Público e do administrador judicial: K2 Consultoria Econômica. Em sentença recente, a juíza Maria da Penha, da 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, determinou o adiamento da assembleia de credores da Abengoa, de 31 de março para 30 de maio. A decisão acatou pedido feito pela própria companhia, que está sendo assessorada pelo escritório Barbosa Müssnich, Aragão (BMA) e que alegou ainda não ter recebido propostas firmes e vinculantes de investidores interessados em adquirir seus ativos. Essas propostas deverão servir de base para o leilão judicial da companhia. Segundo pessoas próximas ao assunto, a Abengoa está em conversas com potenciais interessados

em adquirir seus ativos, tanto as linhas em operação quanto as que estão em construção. A expectativa delas é que essas negociações avancem para propostas vinculantes em relação a alguns ativos. Já existe, por exemplo, uma oferta não-vinculante da Equatorial em parceria com o BTG Pactual, mas há outros investidores conversando com a companhia espanhola. Caso surja uma proposta vinculante, a Abengoa deverá apresentar seu novo plano de recuperação judicial em até duas semanas antes da assembleia, para dar tempo hábil para que credores e potenciais interessados no leilão possam estudar as informações. O melhor cenário será se a Aneel definir as novas receitas e cronogramas para os ativos greenfield até a data da assembleia. Nesse caso, as informações serão muito maiores e que poderão levar a um desfecho mais interessante para a recuperação judicial da empresa. A ideia da empresa é fazer dois leilões judiciais. O primeiro, que não depende da Aneel, seria para a venda dos ativos já em operação. O segundo seria com as linhas ainda em construção, cujas obras estão paradas desde novembro de 2015.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza

Título: Impasse deve adiar volta da Samarco

A mineradora Samarco está revendo suas previsões e passou a considerar como improvável a retomada das atividades este ano. A posição da empresa até então era que a volta ocorreria no segundo semestre, mas um inesperado impasse com o prefeito de um município de Minas Gerais tornou-se um obstáculo para seus planos. A provável mudança no cronograma já faz a direção da mineradora começar a discutir a possibilidade de novas demissões. Outro potencial reflexo deverá se dar nas negociações com credores. Um adiamento tende a gerar mais incerteza no Banco Safra e detentores de títulos em atraso da Samarco, que processam a empresa em Nova York.

A empresa - pertencente a duas das maiores mineradoras do mundo, Vale e BHP Billiton - acusa o prefeito de Santa Bárbara, Lélis Braga (PHS), de 34 anos, de atrapalhar o processo de licenciamento para retomar atividade. A Samarco interrompeu suas atividades em novembro de 2015, quando uma de suas barragens de rejeito de minério de ferro (Fundão) se rompeu em Mariana (MG). Dezenove pessoas morreram na que foi uma tragédia ambiental sem precedentes do país. Braga, reeleito no ano passado, se tornou um protagonista no já complicado processo de relicenciamento da Samarco. Ele tem se recusado a assinar uma declaração de conformidade em relação à captação de água que a empresa faz em sua cidade. A água serve ao complexo de produção da empresa em Mariana, perto de Santa Bárbara. Para voltar a operar, a companhia precisa de duas licenças ambientais de Minas. A tramitação de uma delas (que trata de

um novo depósito para os rejeitos da empresa) está avançando. A outra, a licença de operação corretiva, que cobre todo o empreendimento, a empresa sequer deu entrada junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente porque não conseguiu a declaração de Braga. Os prefeitos de outras quatro cidades impactadas pela Samarco já assinaram. Ao Valor, Braga disse que a legislação municipal trata a área do Rio Santa Bárbara, de onde a Samarco retira água, como uma área em recuperação ambiental após anos de degradação por conta de exploração mineral e lançamento de esgoto. "Por isso, não pode haver nenhuma ação que degrade ainda mais essa área", disse. A Samarco não nega que haja impactos no Rio Santa Bárbara, como a redução da capacidade de auto-depuração da água, dificuldades para uma espécie de peixes e outros problemas. Mas são impactos que a empresa considera não significativos. Para o prefeito são suficientes para que se cobre da Samarco ações para minimizar os efeitos. "Poderia se discutir o tratamento de esgoto da cidade, por exemplo", disse ele. O município não quer receber dinheiro, quer a ação. Segundo ele, a gestão anterior emitiu em 2009 declaração de conformidade que permitiu à Samarco tragar água do rio. Mas houve questionamentos se a declaração ficou de acordo com a legislação municipal, o que suscitou, segundo Braga, uma ação de improbidade administrativa contra o prefeito da época. Como a Samarco precisa refazer seu licenciamento total, a antiga declaração de Santa Bárbara precisa ser revista. As obras da adutora da Samarco na cidade já tinham sido objeto de polêmica. Segundo o prefeito, elas estavam quase prontas mas não tinham alvará de construção. As partes se acertaram ao empresa concordar em investir R\$ 12,8 milhões na cidade. Mas agora, as tentativas de diálogo não avançam. A secretaria de Meio Ambiente diz que o município tem autonomia para questionar a empresa. O Ministério Público tentou intermediar a disputa, mas sem sucesso. A Samarco optou por mover um processo contra a prefeitura na Justiça de Minas. Ao Valor, a empresa disse que há mais de seis meses tenta chegar a um entendimento e que a prefeitura vem protelando "de forma temerária" a assinatura da declaração de conformidade. "A situação tem gerado atrasos no processo de licenciamento, impondo o encaminhamento para a via judicial." A Samarco também disse que a situação com a prefeitura vem "comprometendo a expectativa da empresa de retomar as operações no segundo semestre deste ano." Uma pessoa que acompanha de perto a situação da Samarco foi mais incisiva: disse à reportagem que já é improvável o retorno este ano. Na mineradora, sediada em Belo Horizonte, a conta que se faz é simples. Se conseguir protocolar hoje o pedido de licença de operação corretiva, as autoridades ambientais precisarão de tempo para analisar a documentação. Talvez peçam informações adicionais. Há ainda a possibilidade de audiências públicas. E só depois um órgão colegiado que trata de questões ambientais no Estado votará se acata ou não o pedido. Após receber sinal verde, a empresa daria então início a obras para adaptar sua estrutura. Essas obras poderão levar de quatro a cinco meses. Por isso, a Samarco já fala em abandonar as expectativas para 2017. A empresa chegou a dizer que voltaria no fim de 2016, mas depois

voltou atrás. Em dezembro, a previsão passou a ser segundo semestre deste ano. A Samarco já demitiu 40% de seus funcionários. Tem hoje 1.800. Na sexta-feira, vencerá o prazo de acordo judicial pelo qual a empresa ficou impedida de promover demissões em massa. Sem perspectiva de reativação este ano, a direção da empresa já considera a possibilidade de novas dispensas, segundo apurou o Valor. A companhia não tem mais caixa próprio. Paga a folha e custos de manutenção das suas unidades em Mariana (MG) e Ubu (ES) com aporte de US\$ 230 milhões que a Vale e a BHP fizeram no fim de 2016. A previsão é que esses recursos durem até junho. Se a Samarco não retornar mais este ano, poderá precisar de mais recursos dos sócios. A empresa deixou de honrar seus compromissos financeiros no exterior. O Banco Safra e donos de títulos da empresa recorreram à Justiça em Nova York. A Samarco tenta renegociar suas dívidas, mas pelo segundo ano seguido parece que não conseguirá informar a seus credores quando voltará a operar e a gerar caixa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Thais Carrança

Título: Justiça dos EUA anula pedidos contra Vale

A Vale informou na sexta-feira depois do fechamento do mercado que a companhia obteve "um importante avanço" na ação coletiva movida nos Estados Unidos por investidores contra a companhia e três de seus executivos. Conforme a empresa, em comunicado, o Tribunal do Distrito Sul de Nova York emitiu decisão julgando extinta a ação com relação à maior parte dos pedidos contra a Vale, todos os pedidos contra o seu diretor-presidente, Murilo Ferreira - que deixará o cargo em maio -, e todos os pedidos relativos à responsabilidade pessoal de controle dos réus indivíduos.

Ainda de acordo com a mineradora, a pequena parte da ação que permanece é limitada a algumas declarações relativas à mitigação de risco que constaram nos relatórios de sustentabilidade da Vale em 2013 e 2014, e declarações isoladas a respeito da responsabilidade da empresa pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana - da controlada Samarco -, feitas durante uma única conferência telefônica em novembro de 2015. A Vale afirmou que "está satisfeita de que a corte tenha reconhecido amplamente a falta de embasamento da ação e continua confiante de que os poucos pedidos que permaneceram não têm mérito". Diz ainda que continuará a combater "vigorosamente" a ação.

MME / ASCOM .